

Parecer nº 226/99

Data: 1999.12.22

Processo nº 667

Requerente: Direcção-Geral do Turismo

1. A Direcção-Geral do Turismo vem, ao abrigo do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos da Administração (Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção resultante da Lei n.º 94/99, de 16 de Julho), solicitar o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos pretendendo saber se nos concursos para recrutamento e selecção do pessoal para os quadros da Administração Pública deve ou não deferir integralmente o pedido de acesso às actas e aos documentos em que assentam as deliberações do júri, desde que formulados pelos respectivos interessados no concurso.

Mais concretamente, o pedido da DGT, referindo o Código do Procedimento Administrativo e citando os artigos 38º e 43º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pretende saber se o acesso se pode estender, no decurso da audiência prévia ou do prazo para apresentação de recurso hierárquico, à consulta por parte dos candidatos do processo de concurso e respectiva obtenção de fotocópias dos requerimentos de admissão ao concurso, currículos e documentos anexos, incluindo certificados de habilitações, respeitantes aos outros candidatos seus opositores no concurso.

2. Ao que tudo indica, nas fases referidas pela DGT encontramos-nos ainda no decurso do procedimento administrativo do concurso e, de qualquer modo, perante pretensões de acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou documentos preparatórios da decisão final do concurso. Nos termos dos artigos 2º, nº. 2 e 7º, nº. 4 da LADA não cabe esta Comissão pronunciar-se directamente sobre o acesso por parte de interessados aos documentos administrativos nestas fases ou, em regra geral, antes de terminado o respectivo procedimento administrativo.

A questão terá, portanto de ser resolvida à luz do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Código do Procedimento Administrativo. Este último refere, designadamente, a possibilidade do não acesso ou do acesso reservado no decurso do procedimento aos documentos nominativos que contenham dados não públicos de terceiros. Isto pode acontecer relativamente a alguns dos documentos incluídos em concursos de pessoal, mas não parece ser o caso, dadas a sua natureza e finalidade, dos requerimentos de admissão ao concurso, dos currículos e dos certificados de habilitações, como se aventa no pedido de parecer.

Quanto à interpretação do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, também parece razoável sustentar uma interpretação igualmente ampla dos seus preceitos, apoiada sobretudo em argumentos históricos, teleológicos e sistemáticos (neste caso uma interpretação mais conforme com a Constituição). De facto, não é possível ignorar que foi a propósito de diplomas semelhantes, embora de âmbito mais restrito, que, através de sucessivas decisões de inconstitucionalidade de diversas normas legais que restringiam o acesso a parte das actas nos concursos de pessoal, o Tribunal Constitucional veio a produzir o Acórdão n.º 527/96, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 112, de 14 de Maio de 1996, que versa precisamente sobre os limites do direito de acesso em casos semelhantes ao que agora nos foi apresentado.

3. Com estas considerações suplementares, reiteramos, em conclusão, que a questão não reentra ainda na esfera de competência consultiva da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Lisboa, 22 de Dezembro de 1999.

Vasco Almeida (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)